

Pior a emenda...

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA

O Alasca acaba de demonstrar, mais uma vez, que, quando se trata de restaurar o meio ambiente, o remédio pode ser pior que a doença. A National Oceanic and Atmospheric Administration (Noaa), dos EUA, anunciou que, até parecer em contrário, o trabalho de limpeza de 400 milhas de praias poluídas pelos 48 milhões de litros de petróleo vazados do Exxon Valdez foi mais destrutivo do que se nada tivesse sido feito!



A restauração de ecossistemas não pode ser feita sem o devido monitoramento ambiental. Por isso, os técnicos norte-americanos deixaram voluntariamente um certo número de praias sem limpeza, para servirem de comparação. Hoje, em termos de abundância e diversidade de vida, as praias não despoluídas apresentam índices mais próximos do que as recuperadas.

Há algum tempo, os ecólogos já demonstraram que, na maioria dos casos, o uso de detergentes na limpeza de áreas litorâneas contaminadas por petróleo é mais nefasto do que deixar o próprio petróleo. O caso do vazamento de petróleo do Torrey Canyon nas costas rochosas da Cornualha, na Inglaterra, foi exemplar. A limpeza com detergentes praticamente esterilizou todas as formas de vida do local.

Por essa razão, os métodos de limpeza têm evoluído, e o que se usou no Alasca foram jatos de água quente. Foram gastos US\$ 2 bilhões na limpeza das praias! O impacto dessa nova técnica sobre conchas e mariscos, por exemplo, foi enorme. Na prática, eles acabaram cozidos com os 65 graus de temperatura dos jatos d'água. A implantação de ações de recuperação ambiental, que parecem lógicas, nem sempre é ecológica. É por isso que, infelizmente, o caminho dos biólogos e ecólogos nem sempre coincide com o dos ecologistas!

Nos problemas de meio ambiente, cada vez mais a pressão da opinião pública e dos ecologistas, de um lado, e o marketing de empresas e o "faturamento" político dos fatos, de outro, tendem a convergir e a pressionar por soluções açodadas. Restauração ambiental requer ações criteriosas e com base científica. Não se trata de maquiagem o meio ambiente nem de fazer jardinagem, como costumam determinadas mineradoras, com o auxílio de renomados paisagistas. Ou, pior ainda, as catastróficas limpezas de manguezais após derrames de petróleo no litoral paulista e outros.

Em problemas ambientais, sem o rigoroso procedimento técnico-científico, o homem acaba agindo como aprendiz de feiticeiro, apesar da boa vontade e do entusiasmo dos ecologistas. O caso dos deslizamentos nas encostas da Serra do Mar, na região de Cubatão, ou ainda a barragem do Valo Grande, em Iguape, são alguns exemplos dessa dificuldade em conciliar o rigor técnico nas ações de restauração e a pressão da opinião pública. Trabalhos do Núcleo de Monitoramento Ambiental da Embrapa têm mostrado que, ao criar determinadas áreas de preservação ecológica, se tem exigido a retirada da pecuária do local. Na ausência de pastoreio desenvolve-se uma macega altamente combustível. Às vezes basta uma queimada para destruir, parcial ou completamente, uma floresta que até então coabitava em harmonia com a agricultura. Mas, no Brasil, um dos casos mais polêmicos foi, sem dúvida, o do "bicudo" do algodoeiro.

Essa praga, antes inexistente no Brasil, foi localizada pela primeira vez nos arredores do Aeroporto de Viracopos. Alguns técnicos e pesquisadores propuseram um tratamento severo da área com agrotóxicos, para tentar erradicar o núcleo da praga. Defendiam um tratamento de forte impacto ambiental numa área restrita, por achá-lo infinitamente menor do que o que representaria a médio e longo prazos a proliferação da praga pelo País afora. Ecologistas moveram e promoveram ações contra esse uso maciço de agrotóxicos e impediram judicialmente a aplicação da estratégia proposta pelos cientistas. Hoje, a praga já se alastrou até o Nordeste. A cotonicultura está sendo obrigada a usar mais agrotóxicos. A produção se tornou inviável em regiões de baixa capitalização, com conseqüente redução de empregos, êxodo rural, crise nos cotonifícios e indústrias têxteis. O julgamento dessa questão polêmica ainda está por vir. Na época, o diálogo impossível entre opiniões opostas inviabilizou um exame sereno da questão.

Mas o Exxon Valdez, com mais essa lição, ensina o interesse do controle ambiental em ações de recuperação de ecossistemas. Mostra também que US\$ 2 bilhões podem produzir um efeito talvez tão devastador quanto o próprio acidente que pretendia sanar. Se a emoção continua sem uma mola propulsora das ações, no campo do meio ambiente, oxalá a razão seja usada para conduzi-las.

□ Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e professor da USP, é chefe do Núcleo de Monitoramento Ambiental da Embrapa